



## **Agroecologia e economia solidária: o caso da cooperativa Terra e Liberdade** *Agroecology and Solidarity Economy: the case of cooperative Terra e Liberdade*

POMPEU, Lucca Pérez<sup>1</sup>; IRRAZABAL, Carla Victoria Ferreira<sup>2</sup>; POMPEU, Caio Olivette<sup>3</sup>; GUIDI, Maria Fernanda<sup>4</sup>; DO AMARAL, Diogo Monteiro<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo, [lucca.tks@gmail.com](mailto:lucca.tks@gmail.com); <sup>2</sup> Universidade de São Paulo, [carla.irrazabal@usp.br](mailto:carla.irrazabal@usp.br); <sup>3</sup> Universidade de São Paulo, [cpolivette@usp.br](mailto:cpolivette@usp.br); <sup>4</sup> Universidade de São Paulo, [mariafernandaguidi@usp.br](mailto:mariafernandaguidi@usp.br); <sup>5</sup> Universidade de São Paulo, [dmontamaral@usp.br](mailto:dmontamaral@usp.br)

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA**

#### **Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária**

**Resumo** : As reflexões deste relato são frutos do compartilhamento de saberes entre a Cooperativa Terra e Liberdade e o programa de extensão da ITCP-USP. Desde 2016, a Cooperativa comercializa alimentos produzidos nos assentamentos da Regional da Grande São Paulo do MST. A Terra e Liberdade nasce da necessidade de escoamento da produção e da garantia da mobilização nos territórios da reforma agrária da Regional, após o corte orçamentário das políticas públicas voltadas para o fomento da agricultura familiar. Na Cooperativa a organização ocorre principalmente pelo trabalho militante e está diretamente ligada com os princípios da Ecosol. Somado a isso, o MST tem como horizonte a produção agroecológica, como uma alternativa à relação de dominação e exploração do homem com a natureza. A partir do referencial das ciências do trabalho sobre as suas racionalidades, buscaremos discutir como a Agroecologia e a Economia Solidária se imbricam, a partir das vivências elaboradas na Terra e Liberdade.

**Palavras-Chave:** agroecologia, economia solidária, reforma agrária popular

#### **Contexto**

A Cooperativa Terra e Liberdade comercializa produtos da Reforma Agrária da Regional da Grande São Paulo do MST, composta pelos assentamentos das Comunas da Terra Irmã Alberta (São Paulo), Dom Pedro Casaldáliga (Cajamar) e Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha). A produção chega em São Paulo, Santo André, Diadema e Praia Grande. Esse processo se iniciou em 2016, no cenário de enfraquecimento das políticas públicas de fomento à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve acentuada redução de seu orçamento. Como a maior parte da produção dos territórios supracitados era voltada para atender o PAA, em questão de dois anos os agricultores se viram sem ter canais por onde escoar seus produtos.

Frente a tal cenário político, gradualmente foram se estabelecendo experiências de venda para o mercado de consumidores direto, o que caminhou para a construção da Cooperativa, com o objetivo da geração de renda para os produtores e proteção da desmobilização nas Comunas da Terra. Atualmente são mais de 60 famílias que escoam sua produção através da cooperativa, ainda que em volumes variados. Com o tempo, foram organizados os chamados Grupos de Consumo Responsáveis e



Militantes, articulando uma rede de aliados para além da compra de alimentos, cujo tipo de consumo engajado, consciente e solidário abre mais espaço para experiências agroecológicas na produção. Isso porque, ao aceitarem receber alimentos sazonais, no modelo de cesta fechada em que se sabe que virão legumes, frutas, refogáveis, saladas e temperos, mas não quais exatamente, e ao se engajarem em um compromisso mais estável com os pedidos, os consumidores fornecem as bases para que a produção ocorra de acordo com racionalidades distintas do caso do cumprimento de grandes contratos (seja para o PAA ou para mercados convencionais). Assim, a produção ainda pode ser realizada para a venda, mesmo que os agricultores aumentem o domínio sobre os critérios de qualidade, quantidades, sobre o que produzir e como produzir, o que resulta no fortalecimento da experiência agroecológica e na desalienação de seu trabalho. Apesar dessa não ser a única modalidade de comercialização, é de especial interesse no tocante do avanço na transição agroecológica na produção.

Entendemos que a Agroecologia, enquanto ciência e prática empírica ancestral, se baseia em relações entre ser humano e natureza que superam as de dominação, controle e conquista. Diferente das técnicas oriundas da Revolução Verde que se prestam a estas relações de dominação na base de adição de insumos químicos e venenos, a agroecologia mantém espaço para o que emerge — saber fundamental no ciclo da vida e seus contínuos brotamentos. Nesse sentido, a agroecologia busca a cooperação, convivência e sinergia com a natureza, como também nas relações humanas, o que torna impossível a visão sobre o outro como mera força de trabalho a ser explorada — portanto, a Economia Solidária é fundamental dentro da perspectiva agroecológica (NETTO, 2019, pg. 227). É significativo nesse sentido que o nome completo do chamado setor de produção do MST, no qual a Cooperativa se insere, seja Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA). Além disso, desde o 4º Congresso Nacional do MST a transição para um modelo produtivo agroecológico passou a ser uma meta do movimento.

Assim, ao se pensar numa cadeia produtiva agroecológica também é preciso pensar em logística e consumo “agroecológicos”. Para tanto, as cooperativas de comercialização e os grupos de consumo são fundamentais. Ao fornecer para um supermercado convencional, um agricultor vai ter que lidar com contratos de fornecimento que vão modificar completamente a relação com seu trabalho, restringindo sua liberdade de ação, submetendo sua produção aos parâmetros da lógica supermercadista, da mercadoria (MATIOLI; PERES, 2020), processo que vai na contramão da transição agroecológica. Buscaremos aprofundar nossas reflexões justamente nesses aspectos de imbricamento entre avanço na produção agroecológica e Economia Solidária.

### **Descrição da Experiência**

A comercialização realizada pela Terra e Liberdade acontece de modalidades diferentes: feiras agroecológicas; compras pelo site, com possibilidade de entrega em casa ou retirada em pontos parceiros; e o modelo que mais interessa à nossa discussão, os Grupos de Consumo Militantes, que se engajam com maior



perenidade, constróem relações com o Movimento, conhecem os territórios, a luta, assumem tarefas no processo de comercialização, organizam ações de solidariedade, como doações de alimentos para movimentos aliados. A criação da Cooperativa decorre de reflexões dentro da direção regional, através do SPCMA do MST, que reconheceu a necessidade de buscar uma relação mais orgânica com os consumidores. Dos laços políticos já existentes, com sindicatos e com a universidade, começam a ser estruturados os primeiros grupos de consumo, que passam a comprar quinzenalmente da cooperativa. Há então um crescimento da demanda, que mobiliza a articulação de pontos de retirada e o aprimoramento das ferramentas digitais utilizadas, bem como a aproximação de mais militantes e aliados para a cooperativa. Com a pandemia de Covid-19, a cooperativa passou por um momento de repensar as formas de venda devido aos protocolos sanitários, que culminou na criação da venda de porta em porta, a partir do site da cooperativa. Até que as vendas por esse meio se tornaram a principal fonte de entrada.

Dentro dos autores existem duas pessoas cooperadas e três pessoas que se engajaram em experiências de extensão e pesquisa universitária ligadas à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), através de uma pesquisa-ação que envolveu participação regular em montagens de cestas, envolvimento em atividades do MST, participação de vivências agroecológicas nos assentamentos, entrevistas com as pessoas da cooperativa e agricultores, como também a realização de um diagnóstico participativo publicado em Pompeu, Irazabal e Pompeu (2022). Nesse processo chamou a atenção, desde uma perspectiva de atores inseridos no campo da Economia Solidária, a diversidade de tarefas assumidas pela cooperativa não diretamente vinculadas às vendas, mas o esforço em realizar doações, ações de solidariedade, de fortalecer os processos coletivos e alianças com movimentos da cidade, entre outras atividades que não estão diretamente relacionados com os objetivos econômicos. Tais ações dialogam diretamente com os princípios da Economia Solidária, de solidariedade, autogestão, cooperação e democracia.

Nesse sentido, mobilizamos um referencial teórico ligado às ciências do trabalho, que entende que em qualquer trabalho imperam lógicas distintas, complementares ou contraditórias a depender de como o trabalho é organizado. Segundo Dejours (1997) e Sznelwar (2015), existem ao menos 4 racionalidades que estruturam as formas de agir no mundo do trabalho: (1) Instrumental ou estratégica: ligada à eficácia da ação com relação aos fins, orientada aos objetivos, assentada no cálculo maximizador, entende o outro como um instrumento para alcançar determinado fim. Essa racionalidade é bastante clara na organização capitalista do trabalho, no entanto, um foco no resultado nem sempre se constitui em algo alienante ou violento, afinal há que se atingir objetivos para que a vida social seja possível — o problema estaria numa tendência de autonomização da racionalidade instrumental frente às demais; (2) Axiológica: ligada aos valores, ao campo da ética, aos critérios de justiça da ação do sujeito com relação aos demais, dentro do mundo social. Propicia o entendimento do outro como portador de valores e julgamentos morais. As maneiras de organizar e avaliar o trabalho podem minar o papel dessa racionalidade, especialmente as organizações individualizantes; (3) Subjetiva ou



páthica: tipo de racionalidade assentada na experiência subjetiva do trabalhar, no que ele mobiliza com relação a angústias, fantasias, medos, defesas psíquicas, mas também prazer, desenvolvimento de si, realização. Se relaciona com os processos de construção da identidade a partir das experiências vividas e das relações intersubjetivas; (4) Comunicativa: racionalidade orientada para os meios, e não os fins, assentada na dialogicidade do sujeito com o outro, na busca por entendimento mútuo e reciprocidade nas relações, na busca da verdade na relação com o outro. Pode ser favorecida ou dificultada nas organizações dependendo de como as tarefas dos distintos sujeitos se encadeiam, quais interesses são divergentes ou convergentes, como a relação com o tempo permite ou dificulta um processo de comunicação orientado ao entendimento mútuo, se existe um vocabulário comum etc. Mesmo em organizações rígidas, essas distintas racionalidades coexistem, ainda que não raro com uma maior prevalência da instrumental. Em outras, há maior espaço para os valores, para uma comunicação orientada ao entendimento mútuo baseada na reciprocidade e para as possibilidades dos sujeitos se realizarem. É, portanto, necessário considerar em uma análise da cooperação todas essas dimensões do trabalho, que estão na base da estruturação das relações sociais. Justamente devido à dimensão axiológica, relativa aos valores, que “a organização do trabalho incide muito além do mundo do trabalho e extravasa por toda a polis” (DEJOURS, 2012, p. 209), sendo basilar para a experiência democrática, para a construção da esfera política e para a possibilidade de ação coletiva.

Na Terra e Liberdade, observa-se que o que motiva o trabalho não é a busca por ganhos econômicos, algo que por vezes é até deixado de lado, o que também traz uma série de problemas. Ao ser entendida como uma tarefa política, o que motiva é o fortalecimento da Reforma Agrária Popular, das Comunas da Terra, a construção de alianças, havendo um espaço maior para a solidariedade. No entanto, a necessidade de trabalhar em outros empregos é um obstáculo no que diz respeito à racionalidade comunicativa, ao reduzir em grande medida o tempo compartilhado pelos militantes, e também entre os militantes, consumidores e agricultores. Isso por vezes gera conflitos entre os diferentes atores do processo, principalmente quando um imprevisto demanda horas de dedicação fora da rotina para resolver os problemas, algo que acontece com frequência. Ainda assim, busca-se organizar semestralmente reuniões de produção em cada território, além de vivências com os grupos de consumo, e há um forte senso de coletividade e de apoio mútuo nas tarefas internas da cooperativa entre os militantes. A relação com boa parte dos agricultores transcende também o escoamento da produção, partilhando-se datas festivas e outros momentos — embora quase sempre com a sensação de que seria melhor ter mais espaços assim, com mais tempo.

A sobrecarga e falta de tempo também atrapalha no que diz respeito às possibilidades de realização dos sujeitos, pois é difícil chegar ao reconhecimento do trabalho bem feito: faz-se como dá pra ser feito, sempre deixando algumas tarefas para trás. A relação com os consumidores, ainda que assentadas numa grande busca por reciprocidade, é tratada desde a perspectiva de fortalecimento dos territórios e dos agricultores em primeiro lugar, o que também por vezes resulta em



conflitos com consumidores menos engajados, ou de fora dos grupos de consumo, notadamente os consumidores rotativos do site, que não estão sempre sensibilizados e dispostos a este tipo de consumo mais “agroecológico”. Com os grupos de consumo é mais fácil a relação, havendo maior espaço também para reciprocidade.

Há uma premência da racionalidade axiológica, com as decisões guiadas politicamente, sendo a capacidade operacional um limite material a essas decisões. O núcleo de logística da cooperativa se reúne semanalmente e decide qual prioridade de demanda irá atender, onde levar doações, como captar recursos para que esses alimentos cheguem em cozinhas solidárias, junto aos movimentos sociais da cidade. Por exemplo, para se levar as doações para a antiga cozinha solidária do MTST no Jardim Ângela (agora a cozinha está mais próxima na Praça da Sé) durante a pandemia, consumia-se quase um dia inteiro de um dirigente do setor, sem retorno econômico, mas essa tarefa era entendida como algo importante no que diz respeito ao agir no mundo, aos valores e ao sentido político. A cooperativa entende que o que aglutina os distintos atores é um projeto político comum, que deve se relacionar com a prática cotidiana, além de permitir o enraizamento dos sujeitos através de laços afetivos — algo que a relação com o tempo acelerado pode atrapalhar. Esse projeto político comum é o da busca por uma matriz produtiva agroecológica, por uma relação de cooperação e não exploração da natureza e do trabalho, tentando colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sintetizado na Reforma Agrária Popular.

## Resultados

A forma de venda de cestas de alimentos agroecológicos em grupos de consumo, por meio do site, e por meio da participação em feiras depende muito do engajamento dos consumidores militantes que garantem que esse escoamento produtivo consiga se realizar. Antes dos cortes do orçamento público voltado para a agricultura familiar, a compra de alimentos pelo estado era constante, de forma que não havia a insegurança para os produtores de depender das vendas online e em feiras, que apresentam oscilações ao longo do ano. Essas políticas tinham um papel muito importante na manutenção das formas produtivas que valorizavam os pequenos produtores. Por outro lado a definição do que produzir e como produzir dependia muito dos editais e contratos, que por vezes limitavam um pouco as escolhas dos agricultores com relação ao modelo do consumo militante.

Nesse sentido, podemos perceber uma certa dualidade no impacto das políticas públicas como o PAA sobre o trabalho de produção agroecológica nos espaços da Reforma Agrária Popular — se, por um lado, há uma garantia de escoamento e geração de renda, o que ajuda no fortalecimento econômico dos produtores, por outro fica-se refém de um modelo de trabalho impessoal e que dificulta a interação e a criação de vínculos políticos de solidariedade entre produtores e consumidores. Se o PAA garantia o escoamento da produção, não se visibilizava o processo produtivo para a sociedade — por vezes, soldados que viriam a aderir ao bolsonarismo se alimentavam da produção agroecológica dos assentamentos do



MST, ou seja, não se avançava no campo da hegemonia ideológica no que diz respeito à agroecologia. Outro limite das políticas públicas que se colocou no contexto político pós 2016 foi a fragilidade dessas iniciativas frente às mudanças de governo. O governo de Michel Temer iniciou um processo de desmonte, posteriormente agravado no governo Bolsonaro, que quase extinguiu a verba destinada para algumas dessas políticas.

É importante buscar fortalecer a luta pela reforma agrária popular, pela agroecologia e pela economia solidária através da politização das relações entre produtores, cooperados e consumidores militantes. A criação desses vínculos gera apoios que são fundamentais para a luta pela Reforma Agrária Popular e pela construção de uma matriz de produção agroecológica. Acreditamos que só a força social e popular pode garantir apoio para essa pauta e permitir um tipo de produção que, inerentemente, depende e ao mesmo provoca transformações sociais nas relações de produção e entre a humanidade e a natureza. Nesse sentido, a volta da modalidade “Doação Simultânea” do PAA é de extrema importância, em que as cooperativas entregam diretamente para “entidades receptoras” cadastradas junto ao poder público. Essa modalidade pode apoiar os processos de articulação junto aos movimentos sociais urbanos, permitindo que a entrega seja um momento de tornar visível o processo produtivo e os valores envolvidos na produção agroecológica, bem como o projeto político da Reforma Agrária Popular, possibilitando não apenas a sobrevivência econômica da produção agroecológica, mas também seu maior alcance ideológico junto à sociedade. Isso é fundamental para que as conquistas não retrocedam em momentos onde a força institucional das canetas e gabinetes estiverem contra a agroecologia, como no nosso passado recente. Claro que a política pública sozinha não garante esse aumento de organização popular, mas ajuda a criar as condições — diferentemente dos anos em que o PAA não funcionou na modalidade “doação simultânea”.

### Referências bibliográficas

DEJOURS, C. **O Fator Humano**. São Paulo: FGV Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo, 2012.

MATIOLI, V.; PERES, J. **Donos do Mercado: Como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade**. Editora Elefante, 2020.

NETTO, W. M. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. In NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (orgs.): **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. 3ª Edição - Marília: Lutas Anticapital, 2019. 367 p.

POMPEU, C. O.; IRRAZABAL, C. V.; POMPEU, L. P. Comércio Digital de Alimentos Orgânicos: estudo de caso do uso de suportes tecnológicos digitais pela cooperativa Terra e Liberdade. **XVII Seminário Internacional PROCOAS**. UFSCAR, 2022.

SZNELWAR, L. I. **Quando trabalhar é ser protagonista e o protagonismo do trabalho**. São Paulo: Editora Blucher, 2015.